

PR já investiu R\$ 63 milhões em Rio Bonito do Iguaçu

Recursos ajudam a reconstruir município destruído por tornado

Roberto Dziura Jr/AEN

O governo do Paraná está realizando ações de apoio à recuperação de Rio Bonito do Iguaçu (PR) após o tornado que atingiu o município em 2025. Os investimentos destinados à reconstrução e assistência à população já ultrapassam R\$ 63 milhões.

As medidas incluem repasses financeiros, programas de apoio às famílias, construção de moradias e linhas de crédito para empresas afetadas pelo evento climático. O município permanece sob decreto de estado de calamidade pública com validade de 180 dias, aprovado no dia seguinte ao desastre.

Durante esse período, a prefeitura utiliza recursos emergenciais para restabelecer serviços e apoiar moradores. Após o término do prazo, previsto para abril, a prefeitura deverá apresentar prestação de contas sobre a aplicação dos valores recebidos.

Entre os repasses realizados está o envio de R\$ 11,5 milhões por meio do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (Fecap).

Parte do recurso foi destinada à compra de materiais de construção para recuperação de residências e outra parcela foi aplicada na aquisição de ônibus escolares para garantir o retorno das aulas na rede municipal.

Os recursos do Fecap também sustentam programas emergenciais voltados diretamente à população atingida. Um deles prevê pagamento mensal de R\$ 1



Fenômeno destruiu 90% da área urbana do município e feriu mais de 400 pessoas em 2025

mil por seis meses às famílias afetadas. Até março, esse auxílio totalizou R\$ 7,2 milhões e beneficiou 1.971 núcleos familiares em diferentes etapas de pagamento.

Outro programa destina valores para reconstrução de moradias danificadas. Até março, foram repassados R\$ 19,2 milhões por meio da distribuição de 654 cartões utilizados para pagamento de materiais de construção e contratação de mão de obra.

Somente em março foram entregues mais 143 cartões, que representam R\$ 3,2 milhões para aquisição de insumos e R\$ 812 mil para serviços de obra.

Os valores concedidos variam

de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil, conforme avaliação técnica sobre o nível de destruição das residências.

Os laudos são elaborados por engenheiros voluntários do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e por equipes da Defesa Civil local.

Parte das famílias aderiu ao programa de moradias pré-fabricadas construídas pela Companhia de Habitação do Paraná.

O estado disponibilizou mais de 300 unidades para o município e 50 foram confirmadas para implantação inicial, com investimento aproximado de R\$ 6,8 milhões. Das primeiras 20 casas, uma já foi entregue e as demais

estão em fase final de construção.

Empresas locais também recebem apoio financeiro por meio de linhas de crédito da Fomento Paraná. Após o tornado, 407 empreendimentos solicitaram financiamento. Até o último dia 10, foram liberados R\$ 18,3 milhões em empréstimos para recuperação de 214 negócios e retomada das atividades econômicas.

Além do apoio direto, o estado acompanha projetos de reconstrução e melhoria da infraestrutura pública. A Secretaria das Cidades analisa propostas apresentadas pelo município que ultrapassam R\$ 71 milhões em possíveis investimentos.

SC abre prazo para regularização de débitos

Empreendedores e contribuintes terão nova oportunidade para regularizar pendências fiscais com o Estado.

O governo catarinense abriu ontem (16) a adesão ao Recupera Mais, programa que permite renegociação de débitos relacionados aos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) com descontos em juros e multas e opções de parcelamento.

A iniciativa foi estruturada pela Secretaria da Fazenda (SEF-SC) com participação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-SC). O objetivo é facilitar a regularização de pendências tributárias acumuladas e ampliar a arrecadação estadual.

No caso do ICMS, podem ser negociadas dívidas geradas até 31 de março de 2025. Os descontos sobre juros e multas podem chegar a 95% para pagamento à vista.

O programa também prevê parcelamento em até 72 vezes. A expectativa do governo é recuperar até R\$ 1 bilhão apenas com débitos desse imposto. O modelo segue parâmetros aplicados em edição anterior do programa.

Na primeira rodada, cerca de R\$ 3 bilhões foram renegociados. Desse total, aproximadamente R\$ 800 milhões foram pagos à vista e mais de R\$ 1,2 bilhão já foi recuperado por meio de parcelas quitadas. O restante será recebido até 2030.

A nova edição amplia o alcance da renegociação ao incluir também débitos de IPVA e ITCMD, tributos que não contavam com programas estaduais de refinanciamento desde 2021.

Os descontos variam conforme a forma de pagamento e o prazo de adesão. Quanto mais cedo o contribuinte aderir, maiores tendem a ser os abatimentos aplicados.

O calendário estabelece prazos distintos para cada tributo. Para ICMS e ITCMD, os pagamentos poderão ser realizados até o fim de maio.

Para o IPVA, o prazo de quitação foi estendido até setembro. No ITCMD, os descontos variam entre 45% e 90%, com parcelamento em até 24 vezes. Já o IPVA terá redução entre 75% e 90% sobre juros e multas - somente para o pagamento à vista.

Iphan reconhece parceria entre pescadores e botos no Sul do Brasil

Divulgação/Iphan

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou o registro da prática cooperativa entre pescadores artesanais e golfinhos no litoral da Região Sul como Patrimônio Cultural do Brasil.

A decisão foi tomada no segundo dia da 112ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão deliberativo da instituição. O reconhecimento inclui comunidades costeiras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e foi inscrito no Livro dos Saberes.

A atividade ocorre principalmente na foz do Rio Tramandaí, no litoral norte gaúcho, e no complexo lagunar de Laguna, em território catarinense. Nesses locais, os animais cercam cardumes de tainha próximos à margem e



Cetáceos cercam cardumes e indicam quando lançar a rede

indicam o momento adequado para o lançamento das redes. Parte dos peixes é capturada pelos trabalhadores do mar, enquanto outra parcela permanece disponível para os próprios cetáceos.

Segundo o instituto responsável

vel pelo registro, a prática reúne conhecimentos transmitidos entre gerações e expressa modos de vida associados ao litoral.

O processo de reconhecimento considerou estudos científicos, registros históricos e a relação

estabelecida entre comunidades locais e o ecossistema.

Entre as iniciativas que contribuíram para a documentação está o projeto “Botos da Barra do Rio Tramandaí”, criado em 2015 pelo Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisas também foram realizadas por grupos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), além de equipes reunidas no projeto Gephyreus.

O parecer técnico apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima destacou a dimensão histórica e socioecológica da atividade.